
APRESENTAÇÃO

Sai do forno mais um número da revista Pegada Eletrônica repleto de textos que discutem os mundos do trabalho, conflitos territoriais e as resistências da classe trabalhadora no século XXI. Uma novidade na revista é que estamos ampliando o número de avaliadores externos estrangeiros, conforme é possível conferir no arquivo do Expediente da revista.

A primeira contribuição de autoria de Messias Alessandro Cardoso procura revelar a face oculta do agrohidronegócio canavieiro sob o recorte analítico do EDR de Araçatuba, localizado na região noroeste do estado de São Paulo, enfatizando, o momento atual de reestruturação produtiva, técnica e do trabalho no setor, que vem impondo o flagelo do desemprego a milhares de trabalhadores com a mecanização do corte de cana-de-açúcar e subjugando, aos que permanecem empregados, a exorbitante intensificação do trabalho.

O segundo texto também trata do trabalho no setor canavieiro. Nele, Fredi dos Santos Bento e Antonio Thomaz Junior, tematizam os desafios da Geografia do Trabalho focando no tema do adoecimento e descarte de trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro presente na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Em seguida, temos dois artigos que versam sobre o tema das estratégias de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema. O primeiro de autoria de Diógenes Rabello, Lucas Souza Silva, Gustavo Caique Pereira Negrão é produto de um projeto de extensão desenvolvido pelos autores e que visa ser uma alternativa na geração de renda para famílias camponesas a partir da comercialização de cestas agroecológicas, já que as políticas públicas têm se enfraquecido e os canais de comercialização se tornado cada vez mais escassos. O segundo de autoria de Maria Aparecida Martins dos Santos, Carlos Alberto Feliciano, Daniel Christante Cantarutti, Gabriel Pereira, Giovana Carolina Sousa Oliveira Soares, explora a subordinação do trabalho camponês na integração com a produção de pepinos e os problemas dela decorrentes que atingem a saúde das famílias envolvidas.

O quinto artigo de autoria de Edson Batista da Silva e Ana Carolina Oliveira Marques versa sobre o campo brasileiro pós golpe político-parlamentar/jurídico/midiático. O entendimento dos autores é que, de modo geral, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff garantiu o “salvo conduto” à oligarquia agrária e aos capitalistas nacionais e

internacionais para pilharem a terra, a água e os bens minerais, dentre outras riquezas e bens comuns.

Na sequência, Ronaldo Barros Sodré, José Sobreiro Filho, José Sampaio de Mattos Júnior, discutem o tema do trabalho escravo no estado do Maranhão. Neste os autores defendem que o processo evolutivo do sistema produtivo que resiste aos dias atuais é de incorporação de elementos históricos à vista de sua manutenção e reprodução. O trabalho escravo é um desses elementos sem temporalidade de existência definida na sociedade brasileira, em sua forma contemporânea ele está presente no campo e na cidade e continuamente seus executores buscam formas legais de perpetua-lo.

A sétima contribuição de autoria de Suzane Tosta Souza, Janio Roberto Diniz Santos e Sócrates Oliveira Menezes, busca destacar a atualidade das reflexões de Karl Marx sobre a renda da terra presentes no Livro Terceiro de O Capital. Os autores destacam que os estudos sobre renda da terra que abordam tipos de renda capitalistas e não-capitalistas são fundamentais para a compreensão do campo brasileiro, sobretudo para a análise das estratégias e alianças das classes detentoras dos meios de produção na extração do trabalho excedente.

No oitavo artigo, Claudete Ramos de Oliveira e Ana Elizabeth Santos Alves, discute as estratégias de acumulação capitalista para invisibilizar o trabalho das mulheres, trabalhadoras rurais das fazendas produtoras de amêndoas de cacau que, historicamente, se organizam numa estrutura hierárquica masculina. O recorte espaço temporal da pesquisa trata da ascensão e declínio da produção de cacau no município de Camacã, Bahia entre a década de 1970 e a atualidade.

Por fim, a última contribuição, de autoria de Antonio Thomaz Junior e Edvânia Angela de Souza Lourenço, discute criticamente o trabalho análogo ao escravo no Brasil, analisando dados produzidos por instituições públicas. Aponta-se que o mercado de trabalho no país foi e é marcado pela ampla exploração e formas diversas de subordinação, controle e violência sobre os trabalhadores(as), expressa em materializações da degradação sistêmica, e pela negação do desenvolvimento do gênero humano.

Boa leitura!

Fernando Mendonça Heck